

Políticas de cotas no acesso ao ensino superior: percepção de professores e estudantes da Universidade de Pernambuco- Brasil

Quota policies on access to higher education: perception of teachers and students of the Universidad de Pernambuco-Brazil

Paulo Sérgio Alves de Paiva¹ Luis Ortiz Jiménez²

Resumo: Este estudo teve como objeto de pesquisa: conhecer a opinião dos professores e estudantes dos cursos de enfermagem e medicina da UPE, sobre as implicações da política de cotas como forma de acesso ao ensino superior nas universidades públicas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa. A coleta de dados deu-se através do levantamento de bibliografia específica e aplicação de dois questionários com perguntas fechadas de múltipla escolha. Identificou-se que a maioria dos estudantes é favorável às cotas como instrumento de transformação e ascensão social e diminuição das desigualdades historicamente construídas no Brasil, e que em seu entendimento, não há preconceito ou estigmatização no âmbito universitário. No entanto, ressaltaram que é necessário maior investimento no ensino básico para que a curto prazo não seja mais necessário a adoção das cotas e também mostraram-se preocupados em relação à falta de assistência para a permanência dos alunos cotistas na instituição. Diferentemente destes, os professores mostraram-se favoráveis às cotas apenas em alguns pontos, em outros, relacionados à meritocracia, à estigmatização e o preconceito para com os cotistas como o desempenho e redução do nível acadêmico da universidade por conta da adoção das cotas, foi evidenciado que a maioria destes posicionou-se contrário à adoção das cotas. Espera-se contribuir para o melhor entendimento sobre o tema e estimular o aprimoramento das políticas de cotas.

Palavras-chave: Política de Cotas; Cotas; Ações Afirmativas; Sistema de Cotas; Ensino Superior.

Abstract: This study had like search objective: to know the opinion of the teachers and students from nursing and medicine course of UPE about the implications of politics of quotas like forms of access of university teach on public universities. It is a descriptive and

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción UAA- Paraguai. Graduação em Licenciatura em Ciências pela FAINIVISA (1998). Especialização em Sistemas de Saúde pela Universidade Estácio de Sá (2004) E-mail: swv33@hotmail.com.

² Doutor em Didática da Matemática pela Universidad de Granada, UGR, Espanha (2003). E-mail: lortizj@ual.es.

quantitative research and qualitative. The collection of data were done through the collection of specific bibliography and the application of two questionnaires with multiple choice and closed questions. It was identified that the majority of the students is favorable to quotas as an instrument of transformation and social ascension and reduction of the inequalities historically constructed in Brazil And that in its understanding, there is no prejudice or stigmatization in the university scope. However, they emphasize that it is necessary to invest more in basic education so that in the short term it is no longer necessary to adopt quotas and they have also been worried about the lack of assistance for the permanence of quota students in the institution. Differently from these, professors have shown themselves in favor of quotas only in some points, in others related to meritocracy, the stigmatization and prejudice towards quota holders, the performance of quota holders and the reduction of the academic level of the university by counting the adoption of quotas, it was evidenced that some of their positions were contrary to the adoption of quotas. It is hoped to contribute to the better understanding on the subject and to stimulate the improvement of quota policies.

Keywords: Quotas Policy; Quotas; Affirmative Actions; Quota system; university education.

INTRODUÇÃO

Sabemos que através dos anos sempre foi difícil o acesso de estudantes oriundos das camadas populares e, portanto, egressos de escolas públicas, ao ensino superior nas universidades públicas. Uma das principais causas desta dificuldade, é devido à baixa qualidade e ineficiência do ensino básico público que torna desleal a concorrência entre estes estudantes e aqueles provenientes das escolas privadas, contribuindo assim para a desigualdade social que perdura há anos em nosso país.

A escolha da UPE como local de investigação para a realização deste estudo, foi devido ao fato desta universidade ter adotado nos processos seletivos de todos os cursos oferecidos na instituição, o Sistema de Cotas com recorte social, isto é, voltado para o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas. A nossa escolha em estudar as cotas sob o prisma do recorte social deu-se pelo fato de que esta nos pareceu ser a alternativa mais abrangente para promover a democratização do acesso ao ensino superior à universidade pública. Pois, dessa forma em tese beneficiaria tanto os estudantes carentes, provenientes de escolas públicas, quanto os estudantes autodeclarados afrodescendentes e os indígenas, outra população à margem do ensino básico de qualidade.

Apesar da política de cotas ter sido estabelecida pelo Governo Federal em 2012 com a publicação do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e da Lei Nº 12.711 de agosto de 2012 pela Presidência da República, como um dos segmentos das ações afirmativas, até hoje a temática provoca acaloradas discussões e debates no meio social e acadêmico, suscitando muita controvérsia, com posicionamentos contra e a favor, aja visto que as universidades federais e estaduais, têm adotado critérios diferentes em suas políticas de cotas, como cor/raça para as chamadas Cotas Raciais e ser aluno oriundo de escolas públicas, denominadas Cotas Sociais, ou a utilização de ambas.

Percebe-se que há uma escassez de estudos sobre a implantação da política de cotas tendo como foco principal, o recorte social, notadamente no estado de Pernambuco, onde será realizada esta pesquisa. Por este motivo decidimos escolher como objetivo central desta pesquisa, conhecer a opinião dos professores e estudantes, principais envolvidas diretas e indiretamente no processo.

Por tudo isso, fica evidente que o tema ainda não foi suficientemente debatido nem tampouco foram encerradas as discussões. Notadamente, pelo volume de reações contrárias provenientes dos alguns setores da sociedade, que marcaram os debates nos últimos anos. Assim, este estudo poderá contribuir como mais uma fonte de pesquisa e conhecimento, sugerindo ajustes e fomentando novas discussões acerca das cotas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa, que pretendeu identificar qual a opinião de professores e estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE), sobre a Política de Cotas no acesso ao ensino superior nas universidades públicas, tendo como tema: “Políticas de cotas no acesso ao ensino superior: percepção de professores e estudantes da Universidade de Pernambuco-Brasil”.

O local escolhido para a realização da pesquisa de campo deste estudo foi a Universidade de Pernambuco (UPE), campus Recife, localizada na Avenida Agamenon Magalhães, s/n, Santo Amaro, na cidade de Recife-PE. A escolha desta universidade, deu-se por se tratar de uma importante instituição de ensino superior do estado de Pernambuco e também por utilizar a política de cotas sociais em seus processos seletivos para os cursos de graduação.

Dessa forma, o público-alvo do estudo foi constituído por docentes e discentes dos cursos de enfermagem e medicina da Universidade de Pernambuco (UPE). Para fazer parte

do estudo, os alunos de enfermagem deveriam estar regularmente matriculados do primeiro ao décimo módulos, e os de medicina, do primeiro ao décimo segundo módulos, dos respectivos cursos, até junho de 2016. E os professores deveriam pertencer ao quadro de docentes do departamento de enfermagem e de medicina, excluindo-se aqueles que encontravam-se afastados por motivos administrativos ou que recusassem participar da pesquisa. O total de professores em cada um dos departamentos na época da pesquisa, totalizavam 70 e 140 respectivamente. Enquanto que, o número de alunos era de 350 acadêmicos de enfermagem e 525 de medicina.

Para a presente pesquisa foram escolhidos 82 professores e 548 estudantes, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assim, após análise bibliográfica decidimos que o questionário seria o instrumento de coleta escolhido para colher os dados da população, representados pela amostra, em busca de respostas para o problema da pesquisa, de acordo com os objetivos construídos. Pensando dessa forma, para atender aos objetivos desse estudo foram elaborados dois questionários estruturados, com perguntas fechadas de múltipla escolha, tipo escala, onde indaga-se a opinião das pessoas. Para isso, foram produzidos e aplicados dois formulários distintos: um para os professores contendo treze afirmativas e outro para os alunos contendo apenas dez.

Antes da aplicação dos questionários ao público-alvo deste estudo, com a finalidade de verificar se os instrumentos elaborados seriam capazes de garantir resultados isentos de erros, e também avaliar a pertinência e clareza das questões, foi realizado um teste piloto em um grupo de 15 (quinze) alunos do curso de enfermagem da UPE, como também, a 05 (cinco) professores do referido curso. A aplicação dos questionários ocorreu nos períodos manhã e tarde, de segunda a sexta-feira, durante as aulas dos cursos de enfermagem e medicina, do primeiro ao décimo segundo períodos, respectivamente, de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos para realização da pesquisa, sob o número do CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 51031015.6.0000.5192/2015. Durante a realização da pesquisa, foram respeitados os termos da Resolução 466/12 aprovada pelo Conselho nacional de saúde.

Revisão de literatura

É necessário um breve histórico sobre a origem das ações afirmativas para que entendamos como foi criada a política das cotas no Brasil.

Os Estados Unidos foram os responsáveis pela expressão “políticas de ação afirmativa”, nos anos 60. Nesta época os americanos passavam por momentos difíceis de reivindicações democráticas internas, em busca dos direitos civis, onde tinham como lema principal a igualdade de oportunidades para todos. No Brasil, as discussões originaram-se a partir dos movimentos sociais organizados, durante o governo do presidente Fernando Henrique, no entanto, o governo federal protelou as discussões e só no governo seguinte os movimentos sociais pressionaram fortemente e começaram a surgir no congresso projetos de parlamentares. Segundo Brandão (2005), as primeiras medidas de ações afirmativas foram aplicadas para promover a entrada de deficientes físicos no mercado de trabalho.

O termo ação afirmativa é polissêmico, ou seja, é uma palavra que reúne vários significados, embora, no Brasil, esta fortemente associada às cotas raciais – que é o tipo mais comum de ação no país (Guimarães, 2008).

Em outras palavras, a ação afirmativa visa à redução da desigualdade, ao dar condições às minorias no acesso à educação, emprego e promoções, levando em consideração que esta igualdade não ocorreria sem a existência de tais medidas devido à discriminação (Silva; Silva, 2012, p.527).

O sistema de cotas pode ser considerado a prática mais conhecida entre as ações afirmativas, onde é comum ser aplicada pelas universidades e concursos públicos, que consiste em “estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado, em área específica, por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível” (Moehlecke, 2002, p. 117).

As políticas públicas passaram a fazer parte do cenário da redemocratização do país, a partir desta realidade foram criados alguns movimentos sociais que começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público, buscando ações afirmativas mais atuantes nas questões como raça, gênero, etnia, além da adoção de medidas específicas para cada sua solução (Moehlecke, 2002).

Portanto somente nos anos de 1980 que surgirá a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. Foi através do deputado federal Abdias Nascimento, onde partiu o projeto de Lei n. 1.332, de 1983, que teve como proposta uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação.

A Conferência de Durban, evento internacional organizado pela UNESCO para combater o racismo em suas várias formas em 2001, serve de inspiração para a experiência brasileira em relação às ações afirmativas, pois após o encontro houve um significativo avanço no debate público sobre os temas discriminatórios. Segundo Piovesan (2008) em 2002 foram criados dois programas importantes de inclusão através das políticas públicas, criando um Programa Nacional de Ações Afirmativas. O primeiro Decreto Federal 4.228/02, veio beneficiar através de medidas de incentivo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência. Em seguida foi lançado o Programa Diversidade na Universidade, Lei 10.558/02, na qual contempla a criação de bolsas de estudo e prêmios a alunos de instituições que desenvolvessem ações de inclusão no espaço universitário.

Para Henriques e Cavalleiro (2005) a finalidade deste Programa era implementar e avaliar estratégias com a finalidade de promover o acesso ao ensino superior de pessoas que pertencessem a grupos socialmente desfavorecidos, entre eles a população negra e indígena.

É nesse contexto que foram adotados programas de cotas para afrodescendentes em universidades – como é o caso da UERJ, UNEB, UnB, UFPR, entre outras. Posteriormente, em 2003 foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), que reforça a eficácia das ações afirmativas e determina a criação de diversos mecanismos de incentivo e pesquisas para melhor mapear a população afrodescendente, otimizando assim os projetos direcionados. (Piovesan, 2008) Assim, as políticas e planos de promoção da igualdade material vêm sendo ampliados, onde os Estados passaram a adotar ações regionais voltadas para a realidade de cada região.

Observa-se que a cada dia cresce o número de ações afirmativas que procuram tratar com mais fidelidade às questões da discriminação em nosso país. As cotas passam a fazer parte de outras raças como a indígena, expandindo-se também para outras áreas como saúde, cargos públicos, licitações, bem como órgãos federais e estaduais.

As políticas de ações afirmativas passaram a ter um particular interesse para a população afrodescendente, que sempre foi excluída do processo de ensino do país.

Em 2004 foi elaborado um projeto de Lei Federal de Nº 3627/2004 que instituía o sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior. Mas, foi através da promulgação da Lei Federal Nº 12.711 de agosto de 2012 que efetivamente, a política de cotas, passou a ser oficializada pelo governo federal em todas as universidades federais e instituições de ensino superior e técnico de nível médio. Seus principais quesitos

são: os socioeconômicos (alunos oriundos de família com renda igual ou abaixo de um salário mínimo e meio ou que cursaram o ensino médio em escola pública), e critérios raciais (alunos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas).

Política de cotas na Universidade de Pernambuco

Para o desenvolvimento desta pesquisa destacamos que escolhemos como base os estudantes e professores dos cursos de medicina e enfermagem e a política de cotas da Universidade de Pernambuco, que reserva 20% das vagas em todos os cursos para alunos oriundos de escolas públicas estaduais ou municipais que tivessem cursado todo o ensino médio nessas mesmas instituições. Portanto, se fez necessário conhecer o surgimento e funcionamento das normas da política de cotas estabelecidas nesta instituição.

A política de sistema de cotas da Universidade de Pernambuco - UPE começou a funcionar no ano de 2005, garantindo 20% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas municipais e estaduais de Pernambuco. A elaboração do projeto de cotas na Universidade de Pernambuco se desenvolveu, ao que tudo indica, entre o final de 2003 a meados de 2004, período em que tal proposta foi votada e aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUN) da instituição. Nesse período segundo relatos coletados, a participação de movimentos sociais foi baixa, e apesar da arena pública de debate ter sido aberta na UPE, poucas propostas de articulações surgiram por parte dos movimentos internos, tanto o movimento estudantil, quanto do sindicato dos professores e outros movimentos sociais. (Andrade, 2007, p. 105)

Foi transferida para Universidade de Pernambuco a elaboração e implementação das cotas, cabendo planejar, desenvolver e executar uma política de cotas que teve seu princípio o modelo das cotas raciais presentes nas universidades públicas da UERJ, da UNEB, e UnB. Porém, o tipo de política implantada levou em consideração a questão racial e de classe, onde atribui à escola pública um caráter definidor do perfil sócio-racial (Andrade, 2007).

Conforme as Resoluções CONSUN nº 10/2004 e nº 006/2007, alteradas pela Resolução CEPE nº 20/2009 e ratificada pela Resolução CONSUN nº 015/2010, determinou-se que 20% das vagas de todos os cursos de graduação sejam reservados aos alunos que tenham cursado integral, exclusiva e regularmente os anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas da rede pública estadual ou municipal localizadas no estado de Pernambuco (Campos; Fragoso, 2016, p. 127).

Em 2007, foi publicada uma nova Resolução, que mantinha os mesmos 20%, no entanto, estabeleceu que os estudantes deveriam ter cursado integral, exclusiva e regularmente, o ensino médio em escolas públicas de Pernambuco ou municípios deste (Andrade, 2012).

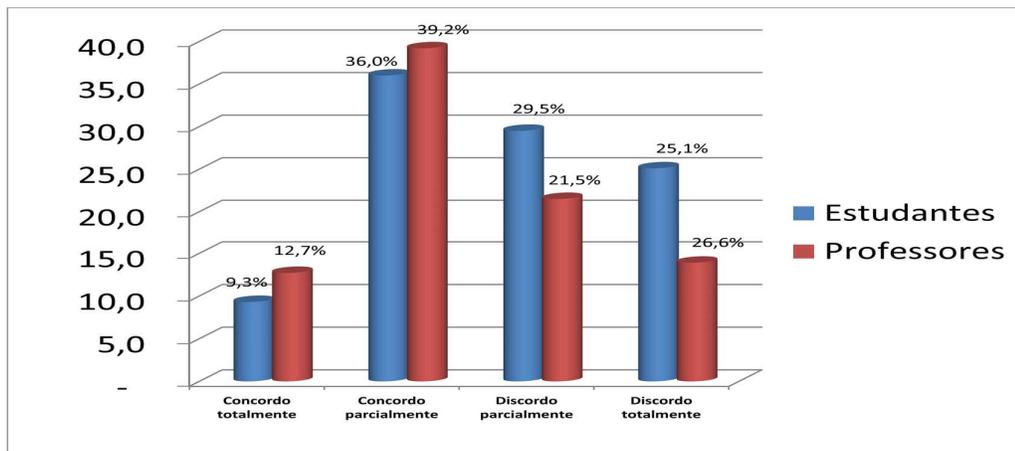
Em 2013 saiu uma nova ementa que alterava a resolução CONSUN N°. 015 - A/2010 para Resolução CONSUN 017/2013, onde passou a estabelecer um sistema especial de vagas para estudantes egressos de escolas públicas. O Presidente do Conselho Universitário – CONSUN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, inciso III do Estatuto da Universidade de Pernambuco, e tendo em vista deliberação tomada por unanimidade em sessão ordinária realizada no dia 31 de julho de 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder ao primeiro objetivo específico deste estudo, procuramos conhecer o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa. Em síntese, encontramos os seguintes resultados: 47,3% dos estudantes pertenciam ao curso de enfermagem e 52,7% ao curso de medicina; destes 18,4% eram cotistas e 81,6% não cotistas; a idade mínima foi de 16 anos e a máxima de 42; 74,5% eram do sexo feminino; onde 21,2% eram egressos de escola pública, 68,1% escola privada e 10,8% escolas mistas; com relação à renda mensal familiar 48,6% dos estudantes não cotistas disseram possuir renda mensal de 04 a 09 salários mínimos e enquanto que os 57,4% dos cotistas possuíam renda de 01 a 03 salários mínimos; quando comparados por curso, os alunos de medicina apresentaram a maior renda, onde 58,8% possuíam renda familiar de 07 a mais de 10 salários mínimos; quanto a cor/raça 49,1% autodeclararam-se brancos, 6,9% pretos, 1,1 amarelos e 42,9% pardos, nenhum aluno declarou-se indígena.

Com relação aos professores, os resultados mostraram que a idade mínima foi de 28 e máxima de 70 anos; 62,2% (51) do sexo feminino; 48,8% (40) lecionam no curso de enfermagem e 51,2%(42) no curso de medicina; quanto à última formação acadêmica 20,5%(25) disseram possuir o título de mestre e 58,5% (48) de doutorado; e quanto à renda mensal familiar 56,1% (46) afirmaram possuir de 07 a 20 salários mínimos e 37,8% (31) mais de 20 salários. Lembrando que o salário mínimo na época da pesquisa era de R\$ 880,00.

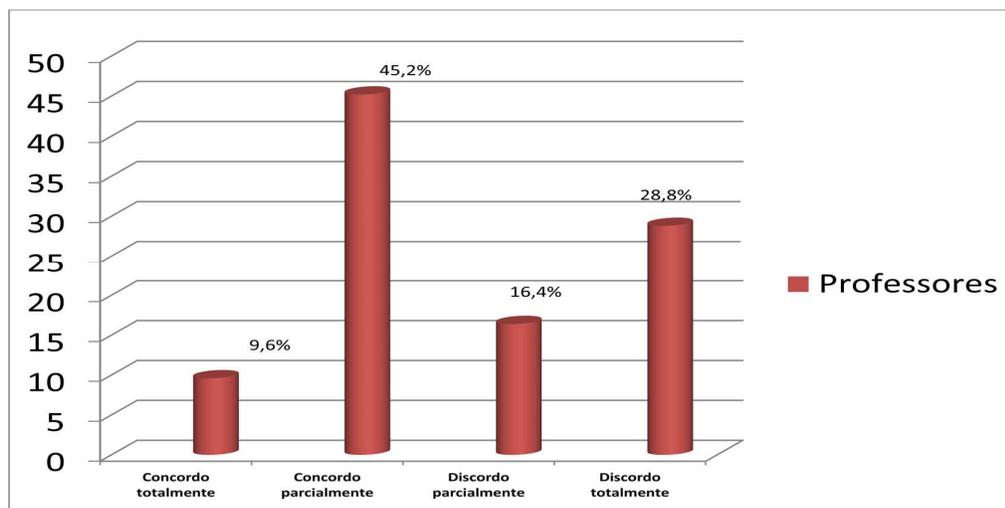
Gráfico 01 - A política de cotas na universidade contribui para a estigmatização dos estudantes ingressos através das cotas.



Fonte: Autor (2016)

Com relação à possível estigmatização, o resultado da pesquisa demonstrou que os grupos investigados mostraram-se bastante “divididos”. Pois, enquanto que 54,6% dos estudantes discordaram, 51,9% dos professores concordaram com a afirmativa.

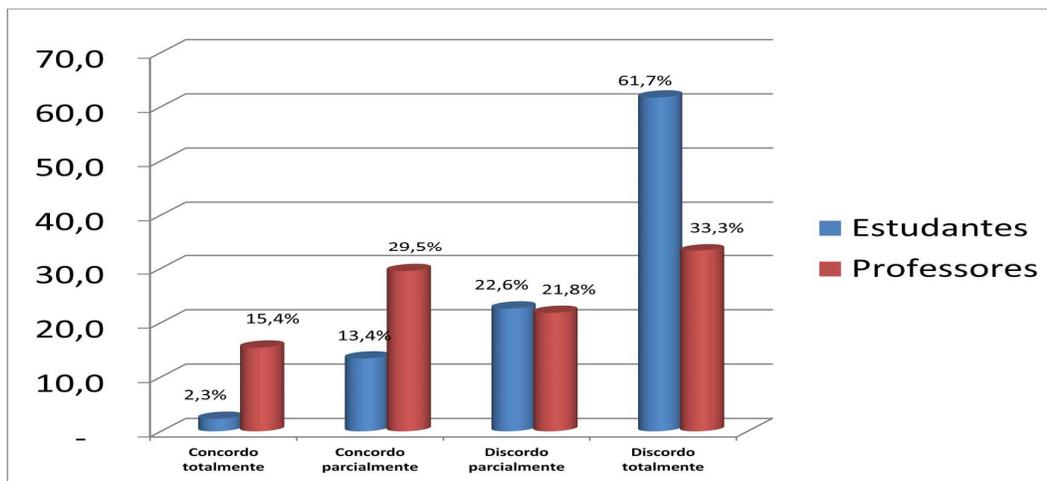
GRÁFICO 02 - O desempenho dos alunos cotistas é inferior ao dos não cotistas.



Fonte: Autor (2016)

Esta pergunta foi elaborada apenas para os professores e, observando os resultados, percebeu-se que 54,8% dos professores concordaram em que o desempenho dos alunos cotistas é inferior ao dos não-cotistas.

GRÁFICO 03- A política de cotas reduz o nível acadêmico da universidade.

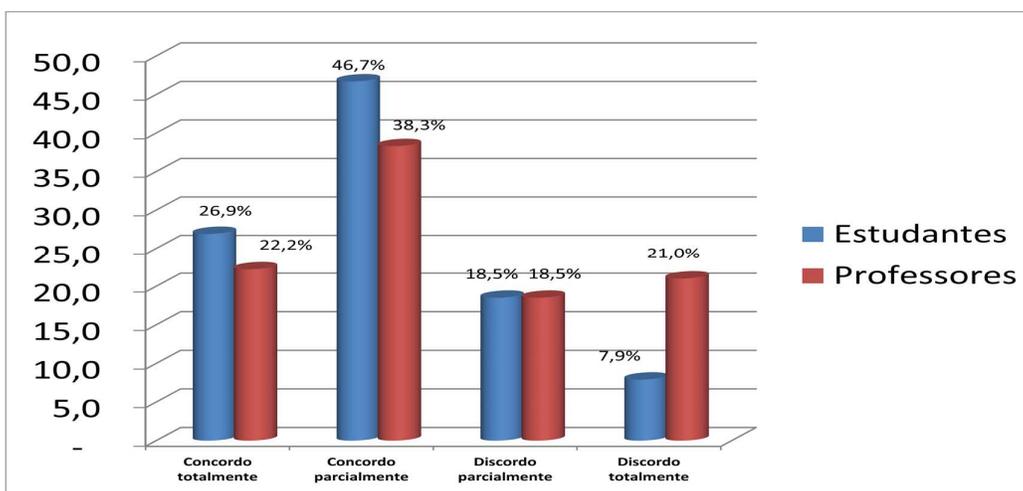


Fonte: Autor (2016)

Em relação a redução do nível acadêmico da universidade, devido à implantação do sistema de cotas, quase que a totalidade (84,3%) dos estudantes discordaram da afirmativa. Por sua vez, os professores, também, discordaram, porém com um percentual menor (51,1%).

GRÁFICO 04 - O sistema de cotas contribui para uma sociedade mais justa, mais solidária, reduzindo as desigualdades sociais.

Conforme o gráfico abaixo 73,6% dos estudantes e 60,1% dos professores concordaram que as cotas contribuem efetivamente para a promoção de uma sociedade mais justa reduzindo as desigualdades sociais.



Fonte: Autor (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à possível estigmatização que os estudantes ingressos nas universidades através das cotas possam sofrer, o resultado da pesquisa demonstrou que os grupos investigados mostraram-se bastante “divididos”. Embora os estudantes e professores não tenham afirmado que exista preconceito ou estigmatização por conta das cotas, os dados refletiram que dentro dos grupos pesquisados houve uma considerável divergência quanto à contribuição da política de cotas como forma de segregação no ambiente universitário.

Observou-se também que os professores diferentemente dos alunos, acreditam que a política de cotas fere a lógica do mérito, pois, segundo estes, privilegia os cotistas em detrimento da população geral e que o desempenho dos alunos cotistas é inferior ao dos não cotistas. Essa ideia pode facilmente ser refutada quando analisamos estudos realizados sobre o desempenho dos alunos cotistas, onde os dados apontaram desempenho acadêmico positivo, tanto para alunos cotistas quanto não cotistas, como no estudo de Campo e Fragoso (2016), realizado na própria Universidade de Pernambuco.

Essa percepção subjetiva dos professores pode trazer em seu bojo, dificuldades em aceitar que os jovens menos favorecidos possam ter a possibilidade de crescimento, ascensão social e melhores condições devida.

Com relação à comparação entre as cotas sociais e raciais, embora os dois grupos pesquisados tenham se posicionados favoráveis às cotas sociais, vale ressaltar que um quinto dos professores preferiu não opinar. Uma explicação para esse fato, pode ser em decorrência do desconhecimento sobre o entendimento mais aprofundado sobre a diferenciação entre as duas modalidades de cotas.

No que concerne à redução do nível acadêmico da universidade, devido à implantação do sistema de cotas, estudantes e professores discordaram, porém com um percentual bem menor. Percebeu-se novamente que a opinião dos professores com relação às cotas não são tão favoráveis, uma vez que quase dois terços destes, afirmaram que o nível acadêmico universitário é reduzido por conta da política de cotas.

Com base nos resultados demonstrados acima, pode-se concluir que a percepção dos estudantes e professores sobre a Política de Cotas, bem como acesso ao ensino superior na

Universidade pública, em alguns momentos apresentaram-se semelhantes e em outros, divergentes.

Este entendimento acima, foi evidenciado quando as questões apresentavam afirmativas contrárias as cotas. Quando perguntados se as cotas ferem à lógica do mérito, os professores responderam que sim, ao contrário dos estudantes. Quando indagados se as cotas contribuem para a estigmatização dos estudantes cotistas, também responderam afirmativamente, enquanto que os alunos disseram que não. Quando questionados se o desempenho dos cotistas é inferior aos dos não cotistas, também responderam que sim. E da mesma forma responderam afirmativamente, quando perguntados se a adoção de cotas reduziria o nível acadêmico da universidade.

Dessa forma, os resultados encontrados nesta pesquisa evidenciaram que, enquanto os estudantes posicionaram-se favoráveis às cotas em todas as questões apresentadas, os professores por sua vez, demonstraram-se favoráveis apenas em alguns pontos, como foi demonstrado. Já em outros tópicos apresentados aqui, suas posições mostraram-se contrárias às cotas. Essa constatação reforça que talvez a parcialidade da percepção dos professores com relação ao posicionamento contrário às cotas, possa fazer surgir o debate sobre o preconceito e a segregação com relação à adoção do sistema de cotas na universidade. A concordância ou discordância sobre as cotas sugerem também pré-concepções que podem afetar o pleno desenvolvimento saudável e imparcial que deve existir nas relações entre professores e alunos e entre os próprios estudantes.

Por fim, ressalta-se a importância da necessidade de outros pesquisadores e estudiosos aprofundarem e investigarem outras vertentes no que se referem às percepções de professores relacionadas à questão dos Sistemas de Cotas e suas repercussões no âmbito universitário.

REFERÊNCIAS

- Andrade, F. (2007). *O Movimento estudantil e as cotas na universidade de Pernambuco: uma breve reflexão*. Movimentos juvenis na contemporaneidade.
- Andrade, F. (2012). *Classe, Raça e Ação Afirmativa: A política de inclusão social numa Universidade Pública de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo.
- Alvarenga, E. (2012) *Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa: normas*

- técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. 2ª Ed. 1º Reimpresion Versão em português: César Amarilhas.
- Brandão, C. (2005). *As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?* Campinas: Autores Associados. v. 92. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- Brasil. Lei Nº12.711/2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília – Distrito Federal. Disponível:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Brasil. Projeto de Lei Nº 3627/2004. *Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências*. Brasília – Distrito Federal. Disponível em:
http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2004/msg233-040513.htm
- Campos, M.; Fragoso, A. (2016). Desempenho acadêmico dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco – *campus* Santo Amaro. ANDES-SN -janeiro.
- Frazão, T.(2007). *Análise crítica do discurso sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras*. Recife, PE. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, 167 p.
- Guimarães, A. (2008). *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo- Ed. Cortez.
- Henriques, R.; Cavalleiro, E. (2005). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Sales Augusto dos Santos (Org). In: *Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO*.
- Marcon, F. e Subrinho, J. (2010). *Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino e público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão: Editora UFS*.
- Moehlecke, S. (2002). *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de pesquisa, 117(11),197-217.
- Piovesan, F. (2008). *Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas*. Estudos Feminista. Florianópolis, 16(3), 887-896.

Resolução CNS Nº466/12 *Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Silva, P.(2012). *Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade*. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 24 – n. 3, p. 525-542, Set./Dez.